

**UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA
BACHARELADO EM JORNALISMO**

GENISVALDO DE JESUS RIBEIRO

**IMPrensa REGIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE INDEPENDENCIA
DO BRASIL E LIBERDADE DE IMPrensa**

BARUERI

2024

GENISVALDO DE JESUS RIBEIRO

**IMPrensa REGIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL E LIBERDADE DE IMPrensa**

Trabalho apresentado a Universidade Paulista
como requisito para conclusão do curso de
JORNALISMO

Orientador: Professor Marco Morreti

BARUERI

2024

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de uma Revisão Bibliográfica sobre a Imprensa Regional no Contexto do Processo de Independência do Brasil e Liberdade Imprensa com o objetivo geral de revisar os estudos existentes sobre imprensa regional, destacando a liberdade de imprensa dos veículos de informações locais como um desafio a se buscar e contextualizar a imprensa no processo de independência do Brasil. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, é possível mostrar que a história da imprensa no Brasil é povoada por confrontos, perseguições e por uma outra modalidade de repressão por parte do Estado, a censura. Para o embasamento teórico podemos citar a luta de Cipriano Barata, pioneiro pela busca de liberdade de imprensa e Hipólito José da Costa fundador e editor do Correio Braziliense, primeiro periódico a registrar os acontecimentos do Brasil. No decorrer da pesquisa foi possível analisar que nos diferentes sistemas de governos vivenciados pelo Brasil apesar da imprensa sofrer com perseguições e censuras jamais se conseguiu calar aqueles que sempre lutaram por sua liberdade.

Palavra-chave: Imprensa, Liberdade, Independência, Brasil.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....
CAPÍTULO 2 FUNDAMENTÇÃO TEÓRICA.....
CAPÍTULO 3 METODOLOGIA.....
CAPÍTULO 4 ENTREVISTA REGIONAL.....
CAPÍTULO 5 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O consumo de informação é fundamental para a convivência humana. Este estudo buscar analisar a importância da imprensa regional e a luta pela liberdade de imprensa no contexto histórico do processo de independência do Brasil. Vivemos numa sociedade em rede, como refere Manuel Castells, ou numa “aldeia global”, na óptica de Marshall MacLhun, devido à possibilidade de estar rapidamente em contacto com qualquer pessoa, mesmo que ela se encontre a milhares de quilómetros de distância. Porém, nem sempre sabemos o que se passa no próprio prédio ou ao fundo da rua. “Para enfrentarmos um mundo cada vez mais aberto e, portanto, mais incerto, precisamos (...) de estar confiantes na nossa identidade, preparados para nos confrontarmos com outros valores. Em suma, ter raízes” (Wolton, 2004). E para as ter, importa olhar para o passado, o impulsionador do presente. Para além de informar, o papel da imprensa passa por preservar a memória do que se passa no mundo, num país, numa região. Se este processo é ou não uma preocupação das empresas, bem como dos profissionais da imprensa, é o principal motivo para a presente reflexão, que se debruça, particularmente, nos contextos a imprensa regional/local. Se voltarmos um pouco ao tempo veremos que a liberdade de imprensa e nossa imprensa regional trava uma batalha por espaço desde o processo de independência, com o fim da censura prévia, surgiram vários jornais no Brasil. Boa parte desses periódicos procurava mobilizar a opinião da Colônia contra a dominação portuguesa. Com a Independência, a imprensa intensificou a luta pela normalização da vida política no Império, pregando ordem, liberdade e respeito à Constituição, influenciando no curso dos acontecimentos.

Mesmo assim, o fim da censura não impediu que a Corte tentasse manter a Colônia sob seu domínio, utilizando a imprensa. Para cada jornal que nascia na oposição, surgiam muitos outros combatendo a Independência. Por muito tempo a censura foi permitida. Muitos artistas, jornalistas e a imprensa no geral não podiam publicar ou informar sem antes pedir permissão a órgãos competentes para tanto. Contudo, por inúmeras vezes, a permissão era negada. Atualmente, o direito à liberdade de imprensa está previsto constitucionalmente, mais precisamente no artigo 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV e artigo 220, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim, podemos refletir então que não mais se pode censurar conteúdo jornalístico, artístico e da imprensa em geral somente porque o Estado não gostou. Logo, o cuidado da mídia é apenas de se certificar da transmissão de fatos verídicos e com observância.

Justificativa

Tendo em vista que nos últimos anos há no Brasil uma discussão em relação a liberdade imprensa vale uma busca do contexto histórico tendo em vista que tivemos um processo de luta por independência onde prevaleceu um cerceamento de liberdade de fala quando os interesses da monarquia era contrariado, mesmo assim a luta por liberdade não calou a voz daqueles que acreditavam em país, mas justo e o jornalismo tem papel importante nisto por isso a escolha do tema destacando também o papel da imprensa regional já que que cada canto deste país ecoou “gritos” por liberdade.

É num contexto cada vez mais mediático, que importa falar-se de proximidade, de culturas, de valores, indo ao encontro das preocupações manifestadas por Dominique Wolton. “A imprensa local é muito importante, nomeadamente porque permite reforçar a identidade e o desenvolvimento das populações e instituições locais” (Faustino, 2004: 240-241). Isso é sublinhado no Estatuto da Imprensa Regional, quando refere que esta “desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo.” Distingue-se pela “sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local. (...) A imprensa regional constrói-se, pois, nesse compromisso com a região e com as pessoas que a habitam” (Camponez, 2002: 19). Constitui, pois, uma força social ativa, guardiã da cultura, dos hábitos e costumes locais, servindo ainda como importante elo com as comunidades emigradas (Cascais cit. Martins, 2008). Como já foi referido por vários autores (Duarte, 2005; Bandeira, 2007; Santos, 2007; Vieira, 2009), a imprensa regional é uma realidade que vive com dificuldades, nomeadamente aos níveis económico, de recursos humanos e técnicos, mas que, ainda assim, tem muito potencial.

Problema da pesquisa

Quais foram os principais desafios da imprensa regional e a pela liberdade de imprensa no processo de formação do Brasil como nação?

Parto do princípio de que nós temos uma censura estrutural e arrisco a dizer que ela é institucional por parte dos nossos governantes que não aceita o contraditório assim como

no processo de Independência e prefere utilizar a ofensa como liberdade de fala sem se ater aos temas sensíveis com argumentos e com base constitucional e o nosso sistema de justiça duramente criticado por tentar delimitar o que é liberdade de imprensa e o que é censura esbarra muitas vezes no “rabo preso” dos nossos legisladores que tenta de alguma formal forma justificar em leis defasadas que podem dizer ou agir de qualquer forma se escondendo na imunidade parlamentar inflamando muitas vezes a população que não tem tal “proteção” e o é incrível que a leis são criadas por eles. A minha hipótese de trabalho está no sentido que anos se passaram desde no processo de independência, lutas foram travadas por liberdade imprensa, mas ainda existe uma censura estrutural a ser combatida. Em outubro de 1822, um mês depois da proclamação da Independência, a liberdade de imprensa voltou a ser cerceada. O clima agitado da época provocou o aparecimento dos pasquins, com característica panfletária e linguagem violenta, que chegava à calúnia e ao insulto pessoal. Seu conteúdo refletia o ardor das facções em divergência. Liberais e conservadores travavam verdadeira guerra de palavras utilizando os pasquins, que, geralmente, tinham vida efêmera. E hoje apesar dos veículos terem uma vida mais longa nos deparamos com candidatos da principalmente cidade do país atirando cadeireiras, ou seja, a culpa da censura estrutural pode estar na política por falta de argumentos e falta de conhecimento da nossa própria história.

Objetivos gerais

Revisar os estudos existentes sobre imprensa regional, destacando a liberdade de imprensa dos veículos de informações locais como um desafio a se buscar e contextualizar a imprensa no processo de independência do Brasil.

Objetivos específicos

Identificar importância da imprensa regional.

Analisar as práticas jornalísticas pela imprensa regional no contexto histórico da

independência do Brasil e surgimento dos jornais neste período.

Observar o combate as fakes News e as medidas para isso tanto por parte da imprensa como pelo sistema político.

Como garantir a liberdade de imprensa mesmo contrariando as influências locais.

Analisar as decisões do nosso sistema de justiça tanto para proteção da liberdade imprensa como o combate a desinformação.

Demonstrar que a luta por uma imprensa livre é histórica.

Analisar o combate a censura nos diferentes períodos do Brasil com foco nosso processo de independência.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Revisão de literatura

A imprensa regional emergiu, sobretudo nos últimos anos, enquanto meio capaz de revalorizar as múltiplas formas de expressão do jornalismo, nomeadamente tendo em conta a ideia de proximidade noticiosa. É precisamente este reforço do papel da imprensa regional, na sua relação com o público, que pode constituir uma verdadeira alternativa aos meios de comunicação de massa. A luta por liberdade de imprensa faz parte da história do Brasil. A censura prévia, que teve fim em 1821, já tinha sido abrandada seis anos antes, em 1815, sendo permitida a publicação livre de anúncios, convites, letras de câmbio e outros papéis semelhantes. Com a liberdade de imprensa, surgiram vários jornais no Brasil. Boa parte desses periódicos procurava mobilizar a opinião da Colônia contra a dominação portuguesa. Em 1828, de acordo com Daniel Boorstein (1971: 124), surgiu a expressão “quarto poder”, em referência à imprensa. Um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: “Fourth Estate!” (Quarto Poder). Nelson Traquina (2005: 46) afirma que McCaulay fazia menção ao quarto état (termo francês também usado em referência a poder), tendo como quadro de referência os três états da Revolução Francesa: clero, nobreza e troisieme etat – que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de “poder controla poder”, a imprensa seria o “quarto” poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário.

Pelas teorias construcionistas, as notícias ajudam a construir a realidade e o jornalista não é apenas divulgador de fatos, mas, ao mesmo tempo, espectador e ator. Na deontologia profissional, são valores identificados com o jornalismo “a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público” (Traquina, 2005: 34). Assim, para George Boyce (1978: 21), a imprensa tem um papel imprescindível: o de atuar como um elo entre a opinião pública e as instituições governantes; e Lenore O’Boyle (1968: 296) vê na imprensa também “um poder, na medida em que a imprensa deve equilibrar os outros poderes na sociedade”.

O livro de Hélio Vianna se compõe de pesquisa minuciosa, rigorosa e exaustiva sobre a primeira geração da imprensa no Brasil, centrada em estudos de caso entre 1812 e 1869, com ênfase para o período regencial, e que levanta pistas ainda não plenamente seguidas. Assinala-se, porém, ao lado da honestidade criteriosa da pesquisa, seu restrito caráter interpretativo, em geral perpassado de juízos de valor conservadores do autor. Já a obra do jornalista e pesquisador Carlos Rizzini é consulta indispensável, pela pesquisa erudita e valiosa, sobre os “começos” da imprensa no Brasil, englobando periódicos, livros e tipografias.

Estudo de inegável caráter pioneiro sobre história da imprensa no Brasil partiu de um historiador marxista e jornalista, Nelson Werneck Sodré. Clássico e referência obrigatória, seu trabalho tornou-se o principal que pretendeu abarcar todo o tema. Contém informações, pesquisas úteis e detalhadas, além de considerável e original esforço interpretativo. Ressente-se de lacunas, provenientes das limitações de um trabalho individual diante de assunto tão vasto. No tocante ao período da independência, faz análises sugestivas, desenvolvendo categorias como “imprensa artesanal” e “pasquim”, além de classificar a maior parte dos jornais do período entre “esquerda” e “direita”. Note-se que, ao tratar dos anos 1820-1830, fica a impressão de que o autor não consultou diretamente os jornais em questão, mas citou trechos já selecionados por outros autores. O que não desmerece o caráter inovador de sua obra, ainda hoje largamente citada e consultada. Tivemos na década de 1970 o ensaio interpretativo de José Marques de Melo: discorre com originalidade sobre as condições do surgimento da imprensa no Brasil, propondo, a partir de abordagem sociológica, análises que se demarcavam de outros autores. Sem esquecer os trabalhos de Marcelo e Cybelle Ipanema enfocando diferentes aspectos, com base em considerável pesquisa empírica e sistematização, como os referentes à legislação, tipografias e censura.

A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que enuncia discursos e

expressões de protagonistas) e como agente histórico que intervém nos processos e episódios, não “reflexo”. Força ativa, não mero registro de acontecimentos. O que implica, portanto, em verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.

No tocante à imprensa e independência brasileira, destacam-se pelo menos três estudos mais recentes e que se originaram de trabalhos acadêmicos de historiadoras. Cecília Helena estudou os folhetos de 1820-22, interligando de modo criativo o debate político com as tramas dos interesses socioeconômicos, através de pesquisa rigorosa e perspectiva de análise coerente. Isabel Lustosa, após intensa leitura dos jornais dos anos 1821-23, trata dos embates entre jornais e seus redatores no Rio de Janeiro. Lucia Bastos analisa o debate político e os folhetos impressos que surgiram no Rio de Janeiro entre 1820 e 1822, pela ótica da cultura política dos idos de 1820 – 1822, aliando pesquisa documental com referências teóricas atualizadas e análises instigantes.

Alguns estudos sobre a América hispânica podem contribuir para enriquecer a historiografia brasileira. É importante assinalar as pesquisas, interpretações e reflexões do historiador François-Xavier Guerra em torno da imprensa, impressos e opinião pública, tratando das mutações do mundo ibero-americano dos primeiros anos do século XIX. A contribuição repleta de perspectivas deste autor foi a de situar o estudo da imprensa em sua dimensão de pedagogia política e junto às formas de sociabilidade, práticas políticas, à circulação das palavras e vozes nas ruas, estabelecendo ao mesmo tempo relação com o pensamento político e com as transformações culturais e políticas dos espaços públicos. Tal abordagem construiu-se a partir do diálogo deste autor com as obras de T. Baker, R. Chartier, J. Habermas, M. Agulhon e P. Rosanvallon, entre outros, e pela leitura de periódicos do período. Ainda no aspecto comparativo com a América espanhola, é interessante citar a história da imprensa peruana escrita por J. Gargurevich que trata de aspectos peculiares das sociedades americanas, como a proximidade entre o impresso e o oral, e C. Ossandón, que trabalha sobre a transição dos sábios ilustrados para os redatores publicistas no Chile, com abordagens sobre os espaços públicos do século XIX.

Ao longo de cerca de um século e meio de estudos sobre história da imprensa brasileira, as perspectivas foram variadas. Inventários, fonte fidedigna, falsificadora da verdade, portadora de discursos, protagonista histórica, forma de sociabilidade e prática e cultura políticas. Deste modo, seja pelo viés historicista, passando pela perspectiva socioeconômica e pela incorporação de dimensões culturais e políticas (além de trabalhos que não se enquadram rigorosamente

nestas etapas historiográficas), pode-se dizer que existe uma razoável e heterogênea massa de estudos históricos que, desde o século XIX, trata do tema da imprensa e independência do Brasil.

Apenas 14 anos separam o surgimento da imprensa periódica da Proclamação da Independência do Brasil. Foram, portanto, quase simultâneos, se considerados numa perspectiva de longa duração – o que confere à história da imprensa brasileira a especificidade de vinculação com a construção de uma ordem nacional. Mas em que medida seria possível considerar este conjunto então reduzido de periódicos (surgidos numa cena pública marcada pela tentativa de preservação da união entre Brasil e Portugal como integrantes da mesma monarquia) como pregadores ou preparadores desta separação?

Os leitores mais atentos não têm identificado aspirações nacionais já definidas emergindo previamente através da palavra impressa – e seria mesmo improvável encontrá-las, o que reforça a premissa de que a independência é que precede a nação. Na verdade, a imprensa periódica dos territórios português e brasileiro – inclusive aquela que se identificava com a chamada “causa brasileira” no interior da monarquia lusa – foi protagonista importante da crise que desaguou na separação do Brasil de Portugal, mesmo que não tenha ocorrido uma campanha ou defesa clara da quebra de laços nestes jornais “brasileiros”. No máximo, até setembro de 1822, algumas afirmações dúbias e mais ou menos veladas, que só se tornariam explícitas com a aclamação do príncipe Pedro em imperador, a 12 de outubro.

O papel da imprensa, como agente histórico, foi decisivo para a independência na medida em que significou e ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação com Portugal e de início da edificação da ordem nacional. A palavra impressa no próprio território brasileiro era então uma novidade que circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas e constituiu-se em significativo mecanismo de interferência, com suas singularidades, e interligada a outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações.

A citação de Cipriano Barata evidencia uma lacuna aberta que os sistemas de governos do Brasil de alguma forma cultuaram ao longo da história, o combate a uma imprensa livre para que o povo se tonasse escravo e sem liberdade, mas sua incansável luta nos deixou um legado, resisti ao máximo mesmo que isso nos custe uma previsão. Em relação as lacunas existentes sobre a liberdade de imprensa e a imprensa regional no Brasil está na deficiência talvez da falta de interesse em conhecer nossa própria história e valorizar aquilo que foi constituído por aqueles

que antecederam, temos uma história de somente lembrar estes grandes nomes com nome de rua, viaduto e praças e nunca como lutadores por liberdade.

“Toda e qualquer sociedade onde houver imprensa livre está em liberdade; que esse povo vive feliz e deve ter alegria, segurança e fortuna; se, pelo fato contrário, aquela sociedade ou povo que tiver imprensa cortada pela censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo que pouco a pouco há de ser desgraçado até se reduzir ao mais brutal cativo”. (Cipriano Barata, pioneiro pela busca de liberdade de imprensa).

Além de Cipriano Barata também podemos citar a luta de João Batista Líbero Badaró, fundador do jornal o Observador Constitucional., que foi assassinado. Antes de morrer, deixa uma frase que reforça sua resistência ao governo português: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”.

Como destaque de ideal republicano temos também o jornalista Quintino Bocaiúva em 1884 fundou o jornal “O País” e continuou atacando a monarquia e defendendo suas ideias republicanas, deixando claro que a luta era contra o regime, o trono e o sistema monárquico e não contra os seus eventuais detentores. Passou os anos seguintes trabalhando ativamente por seus ideais.

A partir de 1837, a imprensa começou a utilizar a caricatura e, três anos depois, passou a circular no Rio de Janeiro A Lanterna Mágica, que marca o início das publicações ilustradas com caricaturas. A partir da metade do século 19, o Império se consolida e a imprensa política, representada principalmente pelos pasquins, esmorece. Com a organização urbana, que começa a se formar, a imprensa reflete as transformações da época. Em 1852, sai o Jornal das Senhoras, com sonetos, cartas de amor e moda.

Foi na Primeira República a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que completou 100 anos em abril de 2008 com uma história de luta pela liberdade de imprensa. Em fins do século 19, a imprensa artesanal começou a ser substituída pela industrial. Em 1900, a República e a imprensa estavam consolidadas. A imprensa tornou-se empresa. O jornalismo individual estava superado. Mas, ao virar empresa, a imprensa fica sob o domínio do estado e do capital. De 1890 a 1920 surgiram no Brasil 343 jornais. Desses, 149 eram de São Paulo, 35% destes, em idioma estrangeiro. Outros 100 eram do Rio de Janeiro e os 94 restantes estavam espalhados por todo o Brasil. Dos 343 títulos, 60 eram editados em outros idiomas: um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano.

Embora todos os direitos fundamentais se direcionem para a limitação do poder da autoridade, a liberdade de imprensa ocupa um protagonismo nessa função. Somente quando temos acesso aos acontecimentos do mundo podemos exercer um juízo sobre ele. Apenas quando temos em mãos, por fontes confiáveis, a certeza sobre os erros e abuso do poder político ou social, podemos nos insurgir contra ele. Um direito fundamental imediatamente relacionado à liberdade de imprensa é a liberdade expressão. Em verdade, ambas são espécies da liberdade de comunicação em sentido amplo, mas é preciso dar-lhes uma distinção.

Inicialmente, a liberdade de expressão (positivada na Constituição como liberdade de manifestação do pensamento) é um direito fundamental endereçado a todas as pessoas em território nacional, não apenas àquelas detentoras de meios de comunicação.

Nos termos do art. 5º, inciso IV, da Constituição, é livre a expressão do pensamento, sendo vedado o anonimato. Sua função não é tanto formar e influenciar a opinião pública, mas dar as condições para a que o povo possa manifestar suas ideias, compreendendo que essa é uma capacidade inerente à dignidade da pessoa humana.

Da interpretação constitucional, extrai-se que a expressão do pensamento é um pressuposto para uma vida digna.

A manifestação do pensamento é acompanhada também por uma dimensão negativa, qual seja, o direito de tê-lo em segredo, recolhendo-o na esfera da intimidade. Assim, se é livre a expressão, também o é o silêncio.

Dessa conclusão se extrai que ninguém pode ser obrigado a manifestar opinião que conflita com sua crença religiosa, ou convicção política ou moral. No avanço do constitucionalismo, o direito a ficar calado foi incorporado na Constituição como direito subjetivo autônomo, quando do inciso LXIII, do artigo 5º, em especial enquanto garantia do preso.

A fundamentação se baseou na proibição do Estado em impor opinião a respeito de tema político ou confessional, mas sobretudo na liberdade de expressão em uma dimensão muito preciosa: a liberdade de não se expressar.

Por fim, a liberdade de expressão não é irrestrita. Tal como a liberdade de imprensa, compartilha a vedação do anonimato e a garantia do direito de resposta e da reparação pelo dano à imagem, ao nome ou à honra, de forma proporcional. A fundamentação é o mesmo artigo 5º, incisos IV e V, da Constituição.

Dessa forma, embora a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa estejam agrupadas sob o denominador comum da comunicação, suas finalidades são distintas na ordem constitucional.

O pioneiro do jornalismo em nosso país foi o luso-brasileiro Hipólito José da Costa, fundador e editor do Correio Braziliense, primeiro periódico a registrar os acontecimentos do Brasil.

Além de compor suas páginas com o registro dos fatos que se desenrolavam na América e na Europa, o mensário também tecia críticas mordazes às decisões políticas que definiam os rumos do Brasil, então sede do Império português. Arauto da nossa Independência, o Correio Braziliense foi, antes, o porta-voz das muitas inquietações e aspirações da população brasileira, que, havia séculos, trabalhava e prosperava nestas terras tropicais e que, aos poucos, se reconhecia como sociedade independente e ansiava pela liberdade de decidir o próprio futuro.

A história da imprensa no Brasil é povoada por confrontos, perseguições e por uma outra modalidade de repressão por parte do Estado, a censura. Trata-se de um procedimento que se reveste como administrativo, mas de grande violência moral: sujeita o jornalista a explicar-se, a humilhar-se, a brincar de gato e rato com um burocrata ou uma autoridade policial, a expor-se ao fechamento do veículo, à multa ou à cadeia, quem sabe à tortura. D. João VI instituiu a censura no Brasil em março de 1821, pouco antes de retornar a Portugal. Obrigava cada editor a remeter duas cópias das provas do jornal, para que um censor régio desse, ou não, um imprimatur. Praticada no primeiro reinado, a censura foi reduzida, a partir de 1827, a um controle que perduraria, com altos e baixos, até o fim da República Velha. Seu recrudescimento se daria no governo de Getúlio Vargas, já na década de 1930, em que a mão de ferro do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não deixava qualquer forma de expressão escapar ao seu controle: jornais e revistas, programas de rádio, filmes, teatro, até manifestações cívicas e festas populares. Após o fim do primeiro período Vargas, voltaria a limitar-se a coibir avanços nos costumes.

A censura voltou, com redobrado vigor, na ditadura instalada após o golpe de 1964, e fez parte da história de muitos que ainda estão aqui para contá-la. Censores instalaram-se nas redações, e edições de grandes jornais circularam trazendo receitas de bolo e até poesias de Luiz de Camões em suas capas, já que era proibido, pelos censores, deixar espaços em branco. Jornalistas foram processados, fichados, presos, torturados e até mortos. Nomes como o de Vladimir Herzog estarão para sempre também inscritos na história da nossa imprensa. A censura caiu com o início da redemocratização do país, em 1985, mas apenas em 1988 foi definitivamente banida pela

atual Constituição.

Além dos choques mais ostensivos entre governos e imprensa e da censura estatal, uma terceira forma de coerção, a captura financeira dos veículos, tornando-os dependentes do custeio público, também esteve presente desde os tempos de Hipólito José da Costa.

Ao contrário da agressividade cirúrgica da censura, essa abordagem muitas vezes é homeopática, contínua, persistente, disfarçando em ligeireza as pequenas doses de veneno com que asfixia e enfraquece o veículo. Mesmo a imprensa que teima em permanecer independente é um negócio e, como tal, tem que garantir seu próprio financiamento – que, se não vem de recursos públicos, vem do mercado privado, com sua gama de interesses. Uma variante mais contemporânea, ilustrativa dessa forma distorcida de gestão pública, é a construção de redes de veículos leais de alcance limitado, como blogueiros e influenciadores digitais, que, às vezes, confrontam os fatos com visões alternativas favoráveis ao poder, sendo por este custeados e desequilibrando o debate.

“Quando as peripécias de Hipólito José da Costa são revisitadas, duzentos anos de Brasil já se passaram. Quando escrevo, o debate público é dominado pelo pessimismo. Vivemos um momento desafiador, em que uma sucessão recente de mazelas políticas ainda não foi absorvida e compreendida pela opinião pública. O papel da imprensa vem sendo colocado em xeque no mundo das fake news, e sua atividade vem sendo alvo de tentativas de cerceamento por parte do poder público. Trocas de ameaças, embates verbais e controvérsias virulentas tornaram-se a tônica. A trajetória de expansão econômica e amadurecimento institucional do país mais uma vez está rompida. Uma pandemia mal administrada ceifou mais de meio milhão de vidas em nosso território. Buscamos, nesse ambiente de permanente agitação, espaços de reflexão, âncoras para o debate.

Mas a missão do que chamamos de imprensa hoje, em toda a sua diversidade, mais uma vez se renova. O jornalismo, entendido como aquele serviço essencial que prestamos à sociedade ao informá-la e fazê-la refletir, vem mostrando grande vitalidade.

As empresas jornalísticas e seus modelos de negócios podem estar em crise, e tudo indica que continuarão passando por grandes transformações. Não sei como serão os próximos 200 anos, mas, em sua simplicidade e grandeza, o jornalismo de verdade, ainda que feito sob as mais diversas circunstâncias, originado nos mais diferentes lugares, e superando as mais variadas

dificuldades, vai sobreviver. Essa é uma das lições que nos deixa Hipólito José da Costa”.
(Helena Chagas)

O ativismo jornalístico de Hipólito José da Costa, assim como o trabalho prático de estadista de José Bonifácio de Andrada e Silva, que podem ser considerados os pais fundadores do Estado independente do Brasil, depois de uma primeira tentativa, partilhada por ambos, de manter um grande império multicontinental luso-brasileiro, mas preservando inteiramente os direitos da nação “brasiliense”. Eles não lograram o seu intento, mas colocaram os fundamentos humanísticos e constitucionais sob os quais deveria ser organizado o novo Estado nacional.

Capítulo 3

Metodologia

Pesquisa de revisão bibliográfica, citações sobre os temas na internet e em dissertações já publicadas sobre a história da imprensa regional e as lutas pela liberdade de imprensa no processo de independência do Brasil, entrevista com veículo de comunicação local como efeito de comparativo desde o processo de independência do ponto de vista da liberdade de imprensa de antes para o que já conseguimos até hoje, buscas por livros que tratam da luta de personagens que construíram a imprensa do país. Para tornar o tema mais robusto e levando em consideração o grande acervo de material que o tema oferece optei pela pesquisa mista (quantitativa e qualitativa), reforçando principalmente a leitura e a checagem do material já publicado referente ao tema. Como relação aos critérios das seleções das fontes busquei literaturas que faziam uma referência aprofundada sobre o tema e seus personagens mais marcantes da luta pela liberdade de imprensa no Brasil e que estivessem ligados ao nosso processo de independência como nação. No que diz respeito a busca e a seleção dos dados procurei analisar a relevância das intuições onde os trabalhos foram publicados para dar fundamentação teórica a Revisão Bibliográfica do tema. Tendo em vista a abrangência do tema e para ter um trabalho com coesão e uma revisão integrativa de qualidade que permite não apenas a combinação de dados empíricos e teóricos, mas também atua na definição de conceitos, revisão de teorias e identificação de lacunas nas áreas de estudo sendo fundamental a este trabalho.

Na teoria estruturalista, Hall e colaboradores (1993, p. 224) afirmam que os acontecimentos que são noticiáveis não são relatados de maneira pura, simples e transparente pelos media. Para os autores, “as notícias são o produto de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias

socialmente construídas”. Três aspectos da produção social das notícias são apontados pelos autores como influentes na produção das notícias: 1) a organização burocrática dos media que produzem as notícias em tipos específicos ou categorias; 2) a estrutura de valores-notícia, que organiza a seleção e posição das informações dentro das categorias; 3) o momento da construção da notícia.

No primeiro caso, os autores afirmam que a organização de rotina do jornal – como os departamentos especializados, os correspondentes e a relação com as fontes institucionais – podem afetar na seleção de notícias. Dessa forma, um jornal com foco em notícias locais, por exemplo, deve oferecer menos espaço a fatos internacionais. O segundo aspecto trata da influência dos valores-notícia, que serão detalhados adiante neste capítulo, usados na seleção das notícias. De acordo com Hall e colaboradores (1993), os valores-notícia propiciam critérios para as práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas decidirem cotidianamente sobre as informações que merecem destaque no noticiário, aquelas que entram e as que são excluídas dele. Os autores salientam que apesar de não serem formalmente codificados ou transmitidos, eles parecem ser amplamente difundidos entre os diversos meios de comunicação. O terceiro aspecto, da construção da notícia, está relacionado ao processo de identificação e contextualização dos acontecimentos. Hall e colaboradores (1993, p. 226) explicam que os jornalistas possuem “mapas culturais” do mundo social que os possibilitam oferecer sentido aos fatos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constitui o que é noticiável. Ou seja, oferecem “significados sociais aos acontecimentos”. Por sua vez, esse processo de significação, colabora com a construção do consenso na sociedade.

A teoria acima exemplifica a importância da imprensa regional que foca nos assuntos locais, Oclides Ribeiro da Silveira, jornalista e pedagogo profissional de imprensa regional entrevistado para este trabalho destaca que a imprensa regional tem desempenhado um papel fundamental na sociedade atuando como um elo direto entre a comunidade e os acontecimentos que impactam o dia a dia das pessoas, o que será bem mais detalhado no capítulo 4 deste trabalho com a entrevista completa. A imprensa regional assim como no processo de independência sofre pressão, anos se passaram e o que publicado quando os poderosos são enquadrados pela notícia que de alguma forma contariam seus interesses a imprensa continua a ser combatida daí a importância da revisão focada no trabalho da imprensa regional.

CAPÍTULO 4

ENTREVISTA REGIONAL

Pauta para entrevista regional, Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo pela Universidade Paulista – UNIP

Tema

Imprensa regional no contexto do processo de independência do Brasil e liberdade de imprensa. O papel da imprensa regional e a liberdade de imprensa sempre foram fundamentais para a construção de uma sociedade justa onde todos possam ter possibilidade de se expressar de forma livre respeitando os princípios constitucionais vigentes, no Brasil seja no período da monarquia, da ditadura estes princípios de liberdade sempre foram ameaçados. Tema relevante para os dias atuais assim como no processo de independência jornais foram censurados, jornalistas presos e mortos, hoje os veículos de imprensa locais sofrem em regiões dominadas pelo tráfico, podemos também destacar a asfixia financeira sofridas por estes veículos, mas nem por isso deixa de ter a sua importância para a construção de uma sociedade mais justa. Os períodos mudaram ao longo da história, porém a luta por liberdade de imprensa continua e não pode parar.

Profissional Entrevistado

Oclides Ribeiro da Silveira, Pedagogo, Jornalista, com 3 pós-graduações: em Administração Pública pela UNESP, Hospitalar pela UNINTTER e Jornalismo pela UFRGS, editor-Chefe, fundador do Jornal Folha de Condeúba, foi Supervisor de Ensino na rede municipal de Condeúba, ex-secretário municipal em 3 pastas: Saúde, Transportes/Obras, Cultura Desporto e Lazer, ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde e atualmente em Condeúba é presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Repórter: Genivaldo Ribeiro

1 – Sr. Oclides, a imprensa regional emergiu, sobretudo nos últimos anos, enquanto meio capaz de revalorizar as múltiplas formas de expressão do jornalismo, nomeadamente tendo em conta a ideia de proximidade noticiosa. Qual a importância para um veículo de imprensa regional para a sociedade local?

Resposta/1:- Sem dúvida, a imprensa regional tem desempenhado um papel fundamental na sociedade local, especialmente nos últimos anos. Ela atua como um elo direto entre a comunidade e os acontecimentos que impactam diretamente o dia a dia das pessoas. A

proximidade que você mencionou é, de fato, um dos grandes trunfos do jornalismo regional. Enquanto os grandes veículos nacionais e internacionais cobrem temas mais amplos, a imprensa regional se dedica a questões que muitas vezes são ignoradas, mas que têm uma importância imensa para os moradores locais, como decisões políticas municipais, iniciativas sociais, cultura local, economia e o cotidiano da cidade ou região.

Além disso, a imprensa regional tem a capacidade de dar voz à comunidade, proporcionando um espaço para que os cidadãos possam expressar suas preocupações, reivindicações e ideias. Isso contribui para a formação de uma identidade local mais forte e um sentimento de pertencimento entre os moradores. Em uma época em que há tanta informação disponível, o papel do jornalismo regional em filtrar e apresentar os fatos relevantes para o contexto específico da comunidade é imprescindível. Portanto, o veículo de imprensa regional não só é importante como imprescindível.

2 – Sr. Oclides, A história da imprensa no Brasil é povoada por confrontos, perseguições e por uma outra modalidade de repressão por parte do Estado, a censura. Como veículo de informação local lida com as questões listadas acima e até que ponto os confrontos, as perseguições e a censura estão presentes hoje?

Resposta/2:- A história da imprensa no Brasil, de fato, é marcada por muitos embates com o poder, principalmente durante períodos autoritários como o Estado Novo, a Ditadura Militar e até mesmo em momentos de transição democrática. O confronto entre a imprensa e o Estado sempre existiu em maior ou menor grau, pois os interesses de liberdade de expressão muitas vezes chocam-se com os interesses do poder em controlar a narrativa. Atualmente, no veículo de comunicação local, enfrentamos esses desafios de forma contínua. A censura explícita, como a que vimos no passado, hoje é mais rara, mas existe uma forma mais velada de controle, seja através de pressões políticas, econômicas ou até mesmo judiciais. A autocensura também é uma questão relevante, pois os veículos, muitas vezes, evitam tocar em temas que possam trazer represálias financeiras ou legais. Confrontos e perseguições ainda ocorrem, principalmente para jornalistas que atuam em pautas sensíveis, como corrupção, crimes ambientais ou abuso de poder. Esses profissionais, tanto em grandes veículos como em mídias locais, muitas vezes se tornam alvo de intimidações, ameaças e, em casos mais extremos, de violência física.

Acho que a situação hoje é mista. Por um lado, o acesso à informação se ampliou com o crescimento da internet e das mídias digitais. Temos mais vozes, mais pluralidade, e o

Estado enfrenta mais dificuldade para controlar todas as narrativas. No entanto, a polarização política e social também criou um ambiente mais hostil para o trabalho jornalístico. Em vez de uma censura formal vinda do Estado, temos uma pressão difusa que vem de todos os lados — seja de grupos políticos, econômicos ou até mesmo da própria sociedade.

Perseguições judiciais e econômicas estão entre as principais ferramentas de censura hoje. O uso de ações legais para intimidar jornalistas ou veículos de comunicação tem sido uma estratégia bastante comum. Além disso, os cortes de publicidade oficial ou privada para certos veículos críticos é outra forma de controlar indiretamente o conteúdo.

Em certo grau. A liberdade de imprensa nunca está totalmente garantida; é algo que precisa ser constantemente defendido e aprimorado. A democracia, por definição, deve proteger o direito de informar e ser informado, mas isso depende de instituições fortes e de uma sociedade que valorize o papel da imprensa. Hoje, vemos ameaças vindas de múltiplos setores, e a liberdade de imprensa está sob constante ataque. No entanto, acredito que, com o fortalecimento do jornalismo independente e o apoio de organizações da sociedade.

3 – Sr. Oclides, durante o Primeiro Reinado, Ditadura Vargas, Golpe de 64, jornais e jornalistas foram perseguidos, como editor-chefe de um veículo de imprensa regional é possível de dizer que temos uma imprensa livre hoje?

Resposta/3:- “A história do Brasil é marcada por períodos de censura e perseguição à imprensa, como os que você mencionou. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e o regime militar iniciado em 1964, a liberdade de imprensa foi severamente restringida, com jornais sendo fechados, jornalistas presos e mortos a censura oficial em ação.

Hoje, no contexto democrático, temos sim uma imprensa mais livre em comparação àqueles períodos. Os veículos de comunicação podem operar sem a imposição de uma censura formal e os jornalistas têm o direito de investigar, denunciar e opinar. No entanto, isso não significa que a liberdade de imprensa seja plena ou garantida em sua totalidade.

A pressão econômica, a violência contra jornalistas, as ameaças judiciais e até mesmo a disseminação de notícias falsas são desafios que ainda colocam a liberdade de imprensa em risco. Esses fatores, muitas vezes, buscam controlar o discurso midiático de forma indireta, gerando autocensura e limitação editorial em determinados casos.

Portanto, é correto dizer que avançamos muito, mas ainda há muito a ser feito para garantir que a imprensa seja verdadeiramente livre, independente e protegida de qualquer tipo de interferência, seja ela política, econômica ou física.”

Essa resposta reflete um tom ponderado e responsável, próprio de um editor-chefe, abordando os avanços, mas também os desafios persistentes na questão da liberdade de imprensa no Brasil.

4 – Sr. Oclides, “Toda e qualquer sociedade onde houver imprensa livre está em liberdade; que esse povo vive feliz e deve ter alegria, segurança e fortuna; se, pelo fato contrário, aquela sociedade ou povo que tiver imprensa cortada pela censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo que pouco a pouco há de ser desgraçado até se reduzir ao mais brutal cativo”. (Cipriano Barata, pioneiro pela busca de liberdade de imprensa). Nesta citação de Cipriano Barata ele eleva a importância da imprensa para a sociedade, como um veículo de imprensa local pode garantir que esta liberdade não seja ameaçada?

Resposta/4:- A citação de Cipriano Barata, pioneiro na defesa da liberdade de imprensa, traz à tona a importância crucial de uma imprensa livre para garantir a felicidade, segurança e bem-estar de um povo. Sua análise é clara: onde há liberdade de imprensa, há potencial para liberdade social e política; onde há censura, há risco de opressão e declínio social.

Para um veículo de imprensa local, essa missão de proteger a liberdade de expressão assume um papel essencial. Embora possa parecer que os meios locais tenham menos alcance do que os grandes veículos nacionais, eles estão mais próximos das realidades cotidianas das comunidades e podem ser os primeiros a identificar e denunciar violações de direitos ou abusos de poder. Alguns pontos pelos quais uma imprensa local pode garantir que essa liberdade não seja ameaçada incluem:

1. Aproximação da comunidade: Um veículo de imprensa local mantém contato direto com as necessidades, problemas e vozes da comunidade. Isso permite uma representação fiel e plural, onde os cidadãos podem expressar suas preocupações sem medo de represálias.

2. Transparência e prestação de contas: Uma imprensa local independente pode funcionar como uma vigia constante do poder público e privado. Monitorando os governos locais e

empresas, ela garante que eles sejam responsabilizados por suas ações, o que fortalece a transparência.

3. Educação e conscientização: Ao informar a população sobre seus direitos e sobre os riscos da censura e opressão, a imprensa local contribui para a formação de uma sociedade crítica e engajada, disposta a lutar por sua liberdade.

4. Resistência à censura: A imprensa local pode se organizar para resistir a tentativas de censura ou pressão governamental, seja por meio de associações, seja por meio de práticas jornalísticas colaborativas que aumentem sua força diante de tentativas de silenciamento.

Dessa forma, a imprensa local pode se constituir como uma das primeiras linhas de defesa contra a opressão, garantindo que a liberdade de expressão continue viva e que o espírito democrático não seja sufocado.

5 – Sr. Oclides, em outubro de 1822, um mês depois da proclamação da Independência, a liberdade de imprensa voltou a ser cerceada. O clima agitado da época provocou o aparecimento dos pasquins, com característica panfletária e linguagem violenta, que chegava à calúnia e ao insulto pessoal. Seu conteúdo refletia o ardor das facções em divergência. Liberais e conservadores travavam verdadeira guerra de palavras utilizando os pasquins, que, geralmente, tinham vida efêmera. Como os veículos de comunicação podem fazer para não cair nesse jogo e focar no que é realmente essencial, informar a população fato?

Resposta/5:- Aquele período foi extremamente conturbado, não só por conta da recente Proclamação da Independência, mas também pelo fato de que as facções políticas estavam em constante confronto. O surgimento dos pasquins reflete bem esse estado de ânimo. Era um momento em que as emoções dominavam o debate público, e a linguagem violenta e a calúnia, infelizmente, tornaram-se comuns. A principal lição que podemos tirar é a importância de uma imprensa responsável, que se comprometa com a verdade e com a clareza da informação, acima dos interesses faccionais.

– Sr. Oclides, durante o processo de independência do Brasil tínhamos a monarquia para cercear a liberdade de imprensa de acordo com seus interesses, na ditadura os ditadores e na república como editor-chefe de um veículo de imprensa local quem são hoje os cerceadores da liberdade de imprensa?

Resposta/6:- É possível perceber uma reflexão profunda sobre o papel da imprensa no período da independência do Brasil. A imprensa desempenhou um papel crucial nesse

momento histórico, atuando como uma ferramenta de disseminação de ideias e debates que moldaram o cenário político e social da época. Por meio de jornais e panfletos, ideias de liberdade, autodeterminação e reforma política eram debatidas, ajudando a formar um senso de identidade nacional e mobilizando a população para as lutas pela independência.

As lutas travadas nesse período pelo direito à liberdade de expressão e de imprensa impactaram profundamente a evolução do jornalismo no Brasil. A imprensa tornou-se não só um veículo de informação, mas também um espaço de resistência e luta por direitos civis. A partir desse contexto, jornalistas brasileiros herdaram o papel de defensores de uma imprensa livre, comprometida com a informação de qualidade e o direito do público de estar bem-informado. O compromisso com a verdade e a ética jornalística, pilares fundamentais do jornalismo moderno, foram diretamente influenciados por esse legado histórico.

Portanto, a busca pela liberdade de imprensa, que foi um dos motores das lutas da independência, continua a ser um norte para os jornalistas hoje, que veem seu trabalho como parte essencial da manutenção da democracia e da liberdade no Brasil.

7 – Sr. Oclides, como o senhor avalia a importância do Jornal Folha de Condeúba para a região que ele alcança?

Resposta/7:- A importância do Jornal Folha de Condeúba, para a região que ele alcança, pode ser avaliada sob diversos aspectos. Ele atua como uma importante ferramenta de comunicação local, oferecendo informações que muitas vezes não têm espaço na grande mídia.

O jornal contribui para a construção de uma identidade regional ao cobrir temas relevantes para a comunidade, como eventos culturais, questões sociais, políticas públicas e o dia a dia da população. Além disso, a Folha de Condeúba fortalece o exercício da cidadania ao dar voz às demandas locais e promover o debate público.

8 – Sr. Oclides, avaliando o papel da imprensa no período de independência do Brasil as lutas travadas lá por liberdade impactaram até que ponto para tornarmos o que somos hoje como jornalistas defensores de uma imprensa livre focados na informação de qualidade?

Resposta/8:- Meu caro repórter Genis, ao avaliarmos o papel da imprensa no período de independência do Brasil, percebemos que as lutas pela liberdade de expressão e

informação tiveram um impacto profundo no que somos hoje como jornalistas. Naquela época, a imprensa surgiu como uma ferramenta crucial para a difusão de ideias que questionavam o regime colonial e os limites impostos à autonomia brasileira. Folhetins, panfletos e periódicos ajudaram a construir o pensamento crítico e a conscientizar a população sobre a necessidade de independência.

Essas lutas por liberdade de imprensa e expressão estabeleceram os primeiros alicerces de uma imprensa que, ao longo dos séculos, se transformaria em um dos pilares da democracia. Hoje, continuamos a missão de garantir o direito à informação de qualidade, servindo como uma voz independente e essencial para a sociedade. A história da imprensa durante a independência nos ensina que, para manter uma democracia robusta, precisamos defender uma imprensa livre, transparente e comprometida com a verdade.

Nesse sentido, nossa função atual como jornalistas é a continuação de uma trajetória que começou naquelas lutas pela liberdade. Devemos honrar esse legado e, ao mesmo tempo, adaptar-nos aos novos desafios que surgem, sempre com o compromisso de informar e proteger o direito à informação da população.

9 – Sr. Oclides, parto do princípio de que nós temos uma censura estrutural e, arrisco a dizer que ela é institucional por parte dos nossos governantes, que não aceita o contraditório assim como no processo de Independência. Como a imprensa pode fazer para derrubar esta censura estrutural que flagela a liberdade de comunicação desde este período apesar de todas as lutas travadas até aqui?

Resposta/9:- Para responder a essa pergunta, podemos estruturar a resposta em três partes principais:

1. Reconhecimento do problema histórico: A censura estrutural mencionada tem raízes profundas na história do país, especialmente no processo de independência, quando a liberdade de expressão já era um desafio. Isso mostra que, embora tenhamos avançado em muitas áreas, a resistência ao contraditório e a censura ainda persistem em várias formas, inclusive institucionalmente.

2. O papel da imprensa: A imprensa tem um papel fundamental na derrubada dessa censura. Para isso, ela precisa continuar a exercer um jornalismo independente, comprometido com a verdade, e usar os recursos tecnológicos disponíveis (mídias digitais, redes sociais) para contornar as barreiras impostas. Além disso, o jornalismo investigativo

pode expor as tentativas de censura, mostrando à população as manobras usadas para restringir a liberdade de expressão.

3. A luta pela liberdade de expressão: Apesar dos desafios, as lutas pela liberdade de comunicação precisam continuar. A imprensa pode se aliar a movimentos sociais e civis, promovendo debates, educação midiática e conscientizando a população sobre a importância da liberdade de expressão como um direito fundamental. Pressionar por uma legislação que proteja a imprensa contra censura também é uma estratégia importante.

A censura estrutural que flagela a liberdade de comunicação é um problema histórico que remonta ao período de independência, como bem apontado. Essa questão persiste porque é mantida por governantes que não aceitam o contraditório e buscam controlar o fluxo de informações. A imprensa, nesse cenário, tem um papel crucial em combater essa censura.

IMPRENSA REGIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E LIBERDADE DE IMPRENSA

Imprensa regional a voz que liberta

Por: Genivaldo Ribeiro

O papel da imprensa regional e a liberdade de imprensa sempre foram fundamentais para a construção de uma sociedade justa onde todos possam ter a possibilidade de se expressar de forma livre respeitando os princípios constitucionais vigentes. Oclides Siveira, fundador e editor-chefe do Jornal Folha de Condeúba, explica que a imprensa regional tem desempenhado um papel fundamental na sociedade local, especialmente nos últimos anos e que ela atua como um elo direto entre a comunidade e os acontecimentos que impactam diretamente o dia a dia das pessoas. “Enquanto os grandes veículos nacionais e internacionais cobrem temas mais amplos, a imprensa regional se dedica a questões que muitas vezes são ignoradas, mas que têm uma importância imensa para os moradores locais, como decisões políticas municipais, iniciativas sociais, cultura local, economia e o cotidiano da cidade ou região”, afirma Silveira.

Silveira também pontua que a imprensa regional tem a capacidade de dar voz à comunidade, proporcionando um espaço para que os cidadãos possam expressar suas preocupações, reivindicações e ideias e que isto contribui para a formação de uma identidade local mais forte

um sentimento de pertencimento entre os moradores. “Em uma época em que há tanta informação disponível, o papel do jornalismo regional em filtrar e apresentar os fatos relevantes para o contexto específico da comunidade é imprescindível. Portanto, o veículo de imprensa regional não só é importante como imprescindível”. Conclui, Silveira.

Silveira também relata que a censura explícita, como a que vimos no passado, hoje é mais rara, mas existe uma forma mais velada de controle, seja através de pressões políticas, econômicas ou até mesmo judiciais. A autocensura também é uma questão relevante, pois os veículos, muitas vezes, evitam tocar em temas que possam trazer represálias financeiras ou legais. Confrontos e perseguições ainda ocorrem, principalmente para jornalistas que atuam em pautas sensíveis, como corrupção, crimes ambientais ou abuso de poder. Esses profissionais, tanto em grandes veículos como em mídias locais, muitas vezes se tornam alvo de intimidações, ameaças e, em casos mais extremos, de violência física. “Em certo grau, a liberdade de imprensa nunca está totalmente garantida; é algo que precisa ser constantemente defendido e aprimorado. A democracia, por definição, deve proteger o direito de informar e ser informado, mas isso depende de instituições fortes e de uma sociedade que valorize o papel da imprensa. Hoje, vemos ameaças vindas de múltiplos setores, e a liberdade de imprensa está sob constante ataque. No entanto, acredito que, com o fortalecimento do jornalismo independente e o apoio de organizações da sociedade”, destaca Silveira.

Silveira reforça que um veículo de imprensa local, tem a missão de proteger a liberdade de expressão. Embora possa parecer que os meios locais tenham menos alcance do que os grandes veículos nacionais, eles estão mais próximos das realidades cotidianas das comunidades e podem ser os primeiros a identificar e denunciar violações de direitos ou abusos de poder. Alguns pontos pelos quais uma imprensa local pode garantir que essa liberdade não seja ameaçada incluem: Aproximação da comunidade local mantendo contato direto com as necessidades, problemas e vozes da comunidade o que permite uma representação fiel e plural, onde os cidadãos podem expressar suas preocupações sem medo de represálias, transparência e prestação de contas, uma imprensa local independente pode funcionar como uma vigia constante do poder público e privado. Monitorando os governos locais e empresas, ela garante que eles sejam responsabilizados por suas ações, o que fortalece a transparência, educação e conscientização, ao informar a população sobre seus direitos e sobre os riscos da censura e opressão, a imprensa local contribui para a formação de uma sociedade crítica e engajada, disposta a lutar por sua liberdade, resistência à censura, a imprensa local pode se organizar para resistir a tentativas de censura ou pressão governamental, seja por meio de associações, seja por

meio de práticas jornalísticas colaborativas que aumentem sua força diante de tentativas de silenciamento. “Dessa forma, a imprensa local pode se constituir como uma das primeiras linhas de defesa contra a opressão, garantindo que a liberdade de expressão continue viva e que o espírito democrático não seja sufocado”, pontua Silveira.

Em relação ao contexto histórico da imprensa e nosso processo de independência Silveira relata que este período foi extremamente conturbado, não só por conta da recente Proclamação da Independência, mas também pelo fato de que as facções políticas estavam em constante confronto. O surgimento dos pasquins reflete bem esse estado de ânimo. Era um momento em que as emoções dominavam o debate público, e a linguagem violenta e a calúnia, infelizmente, tornaram-se comuns. A principal lição que podemos tirar é a importância de uma imprensa responsável, que se comprometa com a verdade e com a clareza da informação, acima dos interesses faccionais. “É possível perceber uma reflexão profunda sobre o papel da imprensa no período da independência do Brasil. A imprensa desempenhou um papel crucial nesse momento histórico, atuando como uma ferramenta de disseminação de ideias e debates que moldaram o cenário político e social da época. Por meio de jornais e panfletos, ideias de liberdade, autodeterminação e reforma política eram debatidas, ajudando a formar um senso de identidade nacional e mobilizando a população para as lutas pela independência”, afirma Silveira.

Oclides também avalia que o papel da imprensa no período de independência do Brasil e destaca que as lutas pela liberdade de expressão e informação tiveram um impacto profundo no que somos hoje como jornalistas e naquela época, a imprensa surgiu como uma ferramenta crucial para a difusão de ideias que questionavam o regime colonial e os limites impostos à autonomia brasileira. Folhetins, panfletos e periódicos ajudaram a construir o pensamento crítico e a conscientizar a população sobre a necessidade de independência. “Essas lutas por liberdade de imprensa e expressão estabeleceram os primeiros alicerces de uma imprensa que, ao longo dos séculos, se transformaria em um dos pilares da democracia. Hoje, continuamos a missão de garantir o direito à informação de qualidade, servindo como uma voz independente e essencial para a sociedade. A história da imprensa durante a independência nos ensina que, para manter uma democracia robusta, precisamos defender uma imprensa livre, transparente e comprometida com a verdade”, conclui Oclides.

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

É notável o papel da imprensa regional no processo de Independência do Brasil, através da análise realizada dos trabalhos já realizados sobre o tema percebe-se uma dura batalha na defesa de uma imprensa livre que teve de passar pela censura, perseguições e mortes para que se pudesse da voz aqueles que almejavam por liberdade. Achados importantes como a coragem de Cipriano Barata que pontua a necessidade de uma sociedade onde a imprensa seja livre para que haja liberdade evidência desafios relevantes ao longo da história o responde à questão da pesquisa que as dificuldades foram inúmeras principalmente o mecanismo da censura, uma praga enraizada da nossa história que matou e tentou calar a voz de quem tentasse contrariar os interesses de quem estivesse no poder. Graças a estes desbravadores com Cipriano Barata, Hipólito José da Costa, José Bonifácio de Andrada e Silva podemos agradecer muito do que somos hoje, mesmo diante de algumas dificuldades com as fake News da modernidade que de alguma forma colocou o jornalismo sério em xeque mais uma vez evidenciando um caminho difícil para a imprensa seja ela regional ou não. No que diz respeito a entrevista regional um dos achados importantes é seu papel relevante para a comunidade na qual faz parte, valorizando o aspecto cultural, aproximando o povo e dando voz as suas necessidades. Para o campo do jornalismo a imprensa regional e a liberdade de imprensa são fundamentais e uma prática que aproxima os cidadãos do acesso informação, frisando novamente a tal da censura enraizada em nossos sistemas de governo que quanto menos informado for mais escravizado o povo será., um dos aspectos importantes como frisado anteriormente é que um veículo de imprensa local, tem a missão de proteger a liberdade de expressão assume um papel essencial. Embora possa parecer que os meios locais tenham menos alcance do que os grandes veículos nacionais, eles estão mais próximos das realidades cotidianas das comunidades e podem ser os primeiros a identificar e denunciar violações de direitos ou abusos de poder. Ao fazer a delimitação de uma tema complexo como nosso processo de independência e liberdade de imprensa é preciso fazer um resgate aprofundado da nossa história porque são elementos que estão intimamente ligados dado a importância da imprensa nos diferentes períodos vividos pelo Brasil o que se aplica também a entrevista regional fazer delimitação de uma tema tão importante sem fazer uma análise detalhada da sua importância e do seu papel frente a sociedade local é ser negligente com história e a relevância da imprensa regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento que compreendermos que uma imprensa livre é uma garantia que tenhamos uma sociedade livre e próspera chegamos ao ponto que a luta por independência e liberdade de expressão valeram a pena ao longo da história, o que fica evidenciado nesta revisão

de literatura é que a imprensa regional constrói o compromisso com a região e com as pessoas que a habitam tornando uma força social ativa, guardiã da cultura, dos hábitos e costumes locais, servindo ainda como importante elo com as comunidades o que torna a missão do que chamamos de imprensa hoje, em toda a sua diversidade, mais uma vez se renova. O jornalismo, entendido como aquele serviço essencial que prestamos à sociedade ao informá-la e fazê-la refletir. Sobre nosso processo de independência e sua ligação com a liberdade imprensa fica evidenciado que esta liberdade nunca esteve totalmente garantida e que é que preciso ser constantemente defendido e aprimorado. Ao discutirmos censura, imprensa regional, liberdade de imprensa, independência, personalidades que ajudaram construir o que nos tornamos hoje como imprensa é uma garantia que não morreremos por isso a relevância e a discussão do tema para o campo jornalístico. Em futuras pesquisas importantes incorporar o debate teórico do assunto em nossos cursos de graduação, este período da nossa história é rico em exemplos de lutas dado o exemplo de Cipriano Barata ou questionar por que é tão difícil fazer um resgate da história, as vezes é preciso varrer a sujeira de debaixo do tapete para vermos quão brilha “nosso chão” base da nossa sustentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Copyright © 2013 (Ricardo Moraes, João Carlos Sousa). Licenciado sob a Creative Commons Attribution Noncommercial No Derivatives (by-nc-nd). Disponível em <http://obs.obercom.pt>.

www.observatoriodaimprensa.com.br

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituição/constituição.htm. Acesso em 15/06/2020.

BRASIL. Educação UOL. Censura - O regime militar e a liberdade de expressão.

Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=quando+a+censura+era+permitida&oq=quando+a+censura+era+permitida&aqs=chrome..69i57.3783j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

Acesso em 15/06/2020.

BRASIL. Lei nº 1.077/70. Lei da Censura Prévia. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em 16/06/2020.

<https://www.instagram.com/biancaragasini.juridico/?hl=pt-br>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-direito-a-liberdade-de-imprensa-nobrasil/861401604?msockid=093db009ebaf6a3b165da261eac46b9f>

https://www.ebiografia.com/quintino_bocaiuva/

<https://www.aurum.com.br/blog/liberdade-de-imprensa/>

Hipólito José da Costa, o Correio Braziliens

<https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2047-61.pdf>

<https://www.historia.uff.br/ceo-nupehc/arquivos/2015/01/a>

<https://1library.org/article/teorias-do-jornalismo-conceitos-e-teorias-do-jornalismo.ye9lm17q>